

Ata de Reunião

Data: 05.02.2018
Local: Salão Nobre da Presidência
Presenças: Des. **Ricardo Hofmeister Martins Costa** (coordenador);
Juiz **Jorge Alberto Araujo**;
Juíza **Marcela Casanova Viana Arena**;
Marta Pilla de Almada, servidora do CEJUSC 1º Grau.

Convidados: Desa. **Vânia Maria Cunha Mattos**, Presidente;
Des. **Ricardo Carvalho Fraga**, Vice-Presidente;
Des. **Marcelo Gonçalves de Oliveira**, Vice-Corregedor;
Juíza **Elisabete Santos Marques**, Juíza Auxiliar da Presidência;
Juiz **Eduardo Batista Vargas**, Juiz Auxiliar no JAEP;
Carolina da Silva Ferreira, Assessora-chefe da AGE;
Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da SETIC;
Aldo da Silva Jardim, Secretário-Geral Judiciário Substituto;
Janine Scharlau Stoeber, Diretora da Secretaria Processual;
Paula Bettin de Nale dos Santos, servidora da SEMPRO.

Secretário: Rodrigo Menezes Citrin (AGE)
Horário: 17h03min – 19h03min

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às 17 horas e 03 minutos, no Salão Nobre da Presidência do prédio-sede do TRT da 4ª Região, ocorreu a reunião do NUPEMEC. Registros preliminares: O Desembargador João Paulo Lucena justificou sua ausência em razão do gozo de férias e o Juiz Luis Henrique Bisso Tatsch justificou sua ausência em virtude de compromissos previamente agendados e compareceu em seu lugar, por se tratar da primeira reunião do grupo, o Juiz Eduardo Batista Vargas. O Desembargador Marcelo compareceu representando a Corregedoria. O Des. Martins Costa iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, especialmente da Presidente, ressaltando ser a primeira reunião do NUPEMEC do ano. Manifestou a satisfação em saber que a conciliação é prioridade da atual Administração. Desa. Vania falou de seu apreço pela conciliação, devendo ser tratada sempre como prioridade na tramitação processual.

Expressou, ainda, seu desejo de ver o TRT 4 em primeiro lugar nas conciliações no país. Des. Martins Costa lembrou que os Tribunais do Estado de São Paulo têm números muito além da média nacional no quesito conciliação. Falou do trabalho realizado pelos juízes do extinto JACEP, exaltando a qualidade dos números alcançados. Passou aos itens da pauta:

1. Instalação CEJUSC no interior: Natacha manifestou sua preocupação com os CEJUSCs no interior, pois irão demandar uma quantidade expressiva de equipamentos e o Tribunal não dispõe de estoque. Solicitou que haja a comunicação com antecedência de 60 dias quando houver a instalação de CEJUSC no interior, permitindo a concretização dos trâmites necessários à aquisição de microcomputadores. Des. Martins Costa lembrou de uma sugestão da Carolina para que se aproveite a força de trabalho existente nas CCDFs que está sendo subutilizada. Mencionou o caso do TRT 12, onde já foram criados CEJUSCs no interior do Estado. Falou do caso do Foro de Gravataí, corroborado pelo relato da Desa. Vânia, que em visita às instalações da unidade, constatou que a estrutura se encontra pronta para receber uma unidade do CEJUSC; de Passo Fundo, onde os colegas estão treinados e aguardando a instalação do CEJUSC; e de Caxias do Sul, onde, igualmente, os colegas estão preparados e aguardando a instalação de uma unidade do CEJUSC. J. Eduardo manifestou seu entendimento de que deve-se priorizar Foros distantes da Capital, referindo-se ao Foro de Gravataí, ao passo que o Des. Martins Costa sustentou posicionamento para que se aproveite o espaço que já está pronto no Foro e se implemente o CEJUSC na localidade. Des. Marcelo trouxe a informação de que está ocorrendo uma mudança no comportamento dos advogados, especialmente no ajuizamento de processos sumaríssimos, pois os pedidos estão se limitando àqueles nos quais há maior certeza de êxito. Dito isso, ressaltou que a conciliação será mais trabalhosa neste novo perfil de demandas. Des. Martins Costa sugeriu a implantação nos Foros de Gravataí, Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Maria. **Sugestão aprovada pela Desa. Vânia.** Falou da necessidade de regulamentação e padronização para os CEJUSCs. J. Jorge sugeriu que seja analisada a possibilidade de percepção de GECJ para atuação nos CEJUSCs do interior. Des. Martins Costa informou não ser necessária a atuação do NUPEMEC sobre o tema, visto que a GECJ já está normatizada. Carolina relatou o histórico dos CCDFs e que a implantação do PJe resultaria na extinção dos setores. Comentou que em decorrência de articulação dos coordenadores das extintas “distribuições” as CJs lá existentes foram mantidas de forma transitória. Salientou que os CCDFs deveriam atuar no atendimento especializado de PJe para os jurisdicionados, mas recorrentemente repassam as demandas para a CAP em Porto Alegre. Sobre o tema, Marta informou que na CAP, os advogados são orientados a procurarem os CCDFs da respectiva jurisdição, contudo, estes orientam a procurarem a CAP.

2. Curso Escola Judicial – a) formação de conciliadores e mediadores. Reestruturação; b) seminário sobre política de conciliação – OAB e AMATRA (parcerias): Des. Martins Costa quer levar à Escola Judicial a capacitação dos servidores

que irão atuar nos CEJUSCs do interior. J. Jorge comentou da possibilidade de utilização de um curso EAD existente no TRT 15. **3. Semana Nacional de Conciliação – Preparação com antecedência; Corregedoria e plano de ação; Mídia; Comunicação Social:** Des. Martins Costa salientou a importância de ocorrer um trabalho integrado com a Corregedoria e a Comunicação Social, com bastante antecedência relativamente à Semana Nacional da Conciliação (SNC). Solicitou empenho do CEJUSC 1º Grau. J. Jorge falou da possibilidade de serem convidados outros magistrados para trabalharem nos CEJUSCs durante a SNC. Janine sugeriu que a comunicação às VTs seja feita com bastante antecedência, permitindo o correto planejamento das pautas para a SNC. J. Marcela falou que alguns colegas não reservam uma semana para a SNC, pois não “acreditam” na conciliação. Des. Martins Costa pediu aos integrantes do NUPEMEC que pensem em ações de planejamento para garantir a efetividade da SNC. J. Eduardo sugere que os Juízes Auxiliares de Conciliação auxiliem os colegas das VTs a identificar os processos que devam ser inseridos na pauta da SNC.

4. Petições de acordos apresentadas no CEJUSC 1º e 2º Grau: Des. Martins Costa falou do problema de integração existente entre os sistemas do PJe de 1º e 2º Graus. Janine explicou que as partes peticionam tanto no primeiro quanto no segundo grau, ocasionando um trabalho duplicado e, eventualmente, dupla homologação de acordo. Informou que já houve uma conversa com a Corregedoria no final de 2017 e que nesta semana sairá uma orientação às VTs informando que, quando o processo estiver tramitando no segundo grau a competência para apreciar a petição de acordo é do CEJUSC 2º Grau. Deve haver, também, orientação aos advogados acerca do grau de jurisdição onde a petição deverá ser protocolada. Natacha informou que irá levar ao grupo do PJe em Brasília, a possibilidade de se impedir o peticionamento no primeiro grau quando o processo estiver tramitando no segundo.

5. Situação da CAP – CEJUSC 1º Grau: Des. Martins Costa solicitou que Carolina dê seguimento às alterações necessárias, incluindo o estudo para realocação de pessoal entre CAP e CEJUSC 1º Grau, para viabilizar o início das atividades do CEJUSC quando da conclusão das obras no seu futuro local. Sobre o prazo para conclusão das obras, Carolina trouxe informação obtida junto à SEMPROM, de que o prazo para entrega é 05 de março, contudo, o setor informou que provavelmente haverá a conclusão no final de fevereiro. Des. Martins Costa manifestou sua preocupação com atribuições que não deveriam ser da CAP, por exemplo, serviço de informação. Sobre isso, Carolina informou que a AGE já foi incumbida de gerir a distribuição de competências e recursos humanos entre CAP e CEJUSC 1º Grau. Relatou que já houve uma conversa com a Adriana, da CAP, sobre as atribuições de ambos setores e que será agendada nova reunião, que contará com a participação da Direção do Foro, para tratar das atribuições de cada setor e de uma melhor utilização da força de trabalho lotada da Direção do Foro. Complementando, Des. Martins Costa pediu que seja analisada a situação do Coordenador de cada setor, pois atualmente a Adriana está designada para ambos. Solicitou que os Juízes Auxiliares de

Conciliação avaliem quais servidores da CAP podem ser realocados para o CEJUSC 1º Grau. **6. Assuntos gerais: Audiência de Conciliação via webcam:** Natacha informou que já ocorre audiência virtual em algumas VTs, com a oitiva de testemunhas e, eventualmente, o depoimento de uma das partes que não tenha conseguido comparecer à audiência. Acrescentou que a ferramenta utilizada é o Google Hangout, já disponível no Tribunal, havendo apenas a necessidade de aquisição de *webcams*. Noticiou que há 20 *webcams* disponíveis no parque tecnológico do Tribunal e propôs que sejam instaladas nos equipamentos dos CEJUSCs. **Sugestão aceita. Natacha irá providenciar a instalação das webcams nos equipamentos dos CEJUSCs.** Des. Martins Costa falou da necessidade de regulamentação e de uma possível sanção quando a parte solicitar audiência de conciliação e não comparecer, conforme previsão no CPC. Natacha disse que a 3ª Turma já realiza sustentações orais à distância e que o treinamento para operação da equipamento e ferramenta é simples. Desa. Vânia falou que já foi solicitado à Comissão de Regimento Interno a possibilidade de realização de sessões virtuais no Tribunal. J. Eduardo sugeriu a realização de pautas à distância em lote, com processos “distantes”, para o CEJUSC 2º Grau, precedidas de ampla divulgação pela SECOM, inclusive com a informação de que os advogados podem convidar as partes para comparecerem aos seus respectivos escritórios para participarem da audiência. Desa. Vania contou que em visita ao Foro de Santa Maria, constatou que já há uma sala pronta e equipada para a conciliação. J. Jorge irá tratar diretamente com a Natacha sobre ferramenta de triagem de interesses conciliatórios. **Solicitação de 2 notebooks para o CEJUSC 1º Grau:** Natacha noticiou que a demanda do J. Jorge, de disponibilização de dois notebooks ao CEJUSC 1º Grau, a fim de assegurar a plena realização de pautas conciliatórias itinerantes, já está encaminhada junto ao Comitê de Governança de TIC e que não haverá empecilhos para seu atendimento. **Ferramenta para aproximação de advogados:** J. Jorge noticiou para Natacha que a empresa Contax está utilizando um aplicativo para smartphone que permite que seus advogados enviem uma proposta de acordo para os advogados dos reclamantes. A partir desta ideia, J. Jorge irá reunir as informações necessárias que permitam a elaboração de ferramenta capaz de auxiliar na triagem dos processos de determinada reclamada, com a finalidade de aumentar a produtividade das pautas conciliatórias a serem marcadas. Posteriormente, encaminhará para Natacha as informações reunidas. **Criação da ferramenta autorizada pela administração. Transferência do CEJUSC 2º Grau do 3º andar do prédio Sede para o térreo:** Paula explicou que o projeto prevê a criação de 4 ilhas de conciliação para o novo espaço a ser feito no térreo do prédio-sede. Após debate, **deliberado que o layout deverá prever uma sala com porta e as demais somente com divisórias até o teto.** **Informações Estatísticas do CEJUSC 1º Grau:** Des. Martins Costa expôs que as informações estatísticas do CEJUSC 1º Grau estão sendo encaminhadas à Corregedoria pela Márcia, Assessora-chefe do JAEP, tendo solicitado providências aos

Juizes Auxiliares do CEJUSC 1º Grau, uma vez que a pessoa designada como responsável é a Coordenadora da CAP, Adriana Rizzolli. **Mudança de mentalidade dos advogados:** Debatida a necessidade da mudança de mentalidade dos advogados em face da conciliação. J. Marcela relatou que deixou de concretizar uma composição devido à postura da advogada na audiência. J. Eduardo acredita que com o crescimento dos CEJUSCs e a ampla divulgação de sua atuação e resultados na imprensa, será mera consequência o aumento da adesão dos advogados aos Centros. Des. Martins Costa quer ver os CEJUSCs sempre na “vitrine”. **Homologação de acordos extrajudiciais:** J. Jorge trouxe o tema à pauta, sugerindo que seja atribuição dos CEJUSCs. Debatido o modo de operacionalizar isso no PJe, sendo sugerida a criação de Classe Processual para Acordo Extrajudicial com o encaminhamento da petição ao CEJUSC. Juizes Auxiliares de Conciliação do CEJUSC 1º Grau irão cuidar do assunto junto à SETIC e Corregedoria. Carolina alertou que, havendo normatização sobre o tema, deverá ocorrer alteração do Regimento Interno do TRT. **Próxima reunião agendada para o dia 26.02.2018, às 15h, na sala 307-A do prédio-sede.** Ata redigida pelo servidor Rodrigo Menezes Citrin, técnico judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.



